

Economia Global e Gestão



Global Economics and Management Review

Inovação e renovação: simultaneidade ou dicotomia?

ANTÓNIO TEIXEIRA E ÁLVARO ROSA

Cooperação transfronteiriça: contribuições teóricas e experiência ibérica

J. CADIMA RIBEIRO E J. FREITAS SANTOS

On semi-endogenous growth models

ORLANDO GOMES

Globalização, uma falsa ideia clara

MÁRIO MURTEIRA

Capital markets and corporate governance and management in China: achievements, flaws and perspectives

ANTÓNIO GOMES MOTA

Labor standards and FDI in China: some survey findings from Guangdong province

XU LUODAN

Aspectos da participação de instituições portuguesas na cooperação internacional em ciência e tecnologia

JOSÉ MANUEL ROLO E ANTÓNIO MARTINS



ISCTE - Escola de

GESTÃO

Nº 2 / 2002

Volume VII

Quadrimestral

Setembro

Preço: 7,00 €

Aspectos da participação de instituições portuguesas na cooperação internacional em ciência e tecnologia

JOSÉ MANUEL ROLO E ANTÓNIO MARTINS

INTRODUÇÃO

No Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 1999, as unidades de investigação abrangidas pelo Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, que constituem um grupo de referência das instituições de investigação científica e tecnológica portuguesas, revelaram dispor de apreciáveis níveis de cooperação internacional em C&T.

Com efeito, num total de 354 unidades, 169 declararam ter desenvolvido projectos de I&D em colaboração com instituições congéneres estrangeiras; 141 declararam ter executado actividades de I&D integradas em programas de investigação comunitários; 92 declararam ter executado actividades de I&D integradas noutros programas internacionais; 95 declararam ter executado actividades de I&D integradas em redes internacionais¹.

Um inquérito recente, realizado no âmbito de um projecto de investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, subsidiado pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias do (ex) Ministério da Ciência e da Tecnologia, confirma os indícios da participação das unidades de investigação beneficiárias do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D em projectos de cooperação internacional no domínio da ciência e da tecnologia e fornece informação sobre o peso da cooperação internacional na actividade global das unidades inquiridas, sobre as características dos projectos que enquadram as actividades de cooperação internacional desenvolvidas, e sobre o potencial de cooperação internacional disponível e respectivos constrangimentos².

JOSÉ MANUEL ROLO

Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
E-mail: jmrolo@ics.ul.pt

ANTÓNIO MARTINS

Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
E-mail: amartins@sonata.fe.uc.pt

PESO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ACTIVIDADE GLOBAL DA UNIDADES

O peso da cooperação internacional na actividade global das unidades de investigação pode ser determinado tanto com base no número de projectos de cooperação internacional, como com base no valor desses projectos.

A primeira situação (que pode ser apreciada quer no grupo das 101 unidades que responderam ao inquérito, quer no grupo das 50 unidades que responderam integralmente ao inquérito) encontra-se resumida no Quadro I. Este quadro fornece informação sobre o número e a natureza dos projectos em vigor na unidade à data da resposta ao inquérito, distinguindo os projectos *com* cooperação internacional e os projectos *sem* cooperação internacional.

No grupo das "101", verifica-se que 10 unidades declararam participar em 40 projectos com cooperação internacional, não dispendo, todavia, de nenhum contrato sem cooperação internacional; 37 declararam a sua participação em 210 projectos sem cooperação internacional, não dispendo de nenhum projecto com cooperação internacional; 47 declararam estar a participar, simultaneamente, em 242 projectos com cooperação internacional e em 606 projectos sem cooperação internacional; e 7 unidades omitiram a resposta a esta questão.

QUADRO I
Peso dos projectos de cooperação internacional no total dos projectos das unidades de investigação

	"101"				"50"			
	Nº de UI	Nº de projectos			Nº de UI	Nº de projectos		
		Nº de PCCI	Nº de PSCI	Totais		Nº de PCCI	Nº de PSCI	Totais
Só PCCI	10	40	—	40	4	16	—	16
Só PSCI	37	—	210	210	19	—	75	75
PCCI+PSCI	47	242	606	848	27	152	354	506
Outros	7	—	—	—	—	—	—	—
Totais	101	282	816	1098	50	168	429	597

PCCI: projectos *com* cooperação internacional; PSCI: projectos *sem* cooperação internacional

No grupo das "50", 4 unidades estão a participar em 16 projectos com cooperação internacional; 19 em 75 projectos sem cooperação internacional; e 27 participam, simultaneamente, em 152 projectos com cooperação internacional e em 354 projectos sem cooperação internacional.

QUADRO II

Peso do valor dos projectos de cooperação internacional no total do valor dos projectos do grupo das 50 unidades de investigação

	PCCI		PSCI		Totais	
	Valor dos projectos	Parte da UI	Valor dos projectos	Parte da UI	Valor dos projectos	Parte da UI
Só PCCI	7.213	768	—	—	7.213	768
Só PSCI	—	—	2.733	1.506	2.733	1.506
PCCI+PSCI	146.108	19.284	1.680.829	1.367.060	1.826.937	1.386.344
Totais	153.321	20.052	1.683.562	1.368.566	1.836.883	1.388.618

Valores em milhares de euros

O peso relativo dos projectos com cooperação internacional no número total de projectos das unidades é, no caso do grupo das “101”, 26% ($282 \div 1098$), e, no caso do grupo das “50”, 28% ($168 \div 597$).

O peso da cooperação internacional das unidades de investigação na sua actividade global, medido através do valor dos respectivos projectos, só pôde ser determinado em relação ao grupo das 50 unidades que responderam integralmente ao inquérito.

Contrapondo com o Quadro I, na parte que respeita ao grupo das “50”, verifica-se, no Quadro II, que o peso relativo do valor dos projectos com cooperação internacional no valor total dos projectos em que a UI está participando é de pouco mais de 8% ($153.321 \div 1.836.883$), e que a parte que cabe às unidades nos projectos com cooperação internacional, no cômputo da sua participação na totalidade dos projectos, com e sem cooperação internacional, é de 1,4% ($20.052 \div 1.388.618$).

De tudo isto, podemos concluir que os níveis de cooperação internacional das unidades no conjunto das suas actividades, parecendo elevados, quando medidos pelo número de participações em projectos com cooperação internacional, acabam por revelar-se bastante mais reduzidos e, até mesmo, meramente simbólicos, quando medidos em valor.

CARACTERÍSTICAS DOS PROJECTOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Das 101 unidades de investigação que responderam ao inquérito, 57 estavam envolvidas em 282 projectos de cooperação internacional de C&T. A esmagadora

maioria dos projectos (253) conta com a colaboração de instituições oriundas de países da União Europeia, num total de 1.666 participações. Em 37 projectos contaram-se 100 participações de instituições de países do leste europeu não integradas na Comunidade de Estados Independentes. Em 27 projectos, havia 59 participações de instituições latino-americanas. Em 25 projectos, verificaram-se 49 participações de instituições de outros países industrializados. Instituições de países mediterrânicos foram detectadas em 19 projectos com 47 participações. Da Ásia, países ACP e Rússia verificam-se participações em 6, 5 e 4 projectos com 9, 5 e 5 participações respectivamente³. Dos 282 projectos estudados, 97 são coordenados por unidades portuguesas, o que revela um apreciável índice de dinamismo e reconhecimento. Em 172, as unidades são simples parceiros. Em 9 projectos, as unidades afirmam participar com outros estatutos (normalmente trata-se do estatuto de instituição associada) e em 4 não foi dada qualquer informação.

No essencial, os projectos analisados são projectos a custos repartidos (211), que configuram o instrumento típico de apoio às actividades de investigação.

É gratificante verificar que as unidades portuguesas estão integradas num número significativo de redes temáticas (há unidades portuguesas em 42 projectos de apoio ao funcionamento de redes temáticas), o que significa que elas se encontram integradas em organizações internacionais que, embora informais, garantem o intercâmbio científico entre instituições afins pertencentes a domínios do conhecimento bem determinados. As unidades participam, ainda, em 29 acções concertadas, que são projectos onde se desenvolvem actividades complementares de projectos já existentes.

A maioria dos projectos (181) apoiam a realização de investigação aplicada. Em 120, há actividades de investigação fundamental que, por vezes, aparece ligada a investigação aplicada. Por sua vez, esta aparece associada a actividades de desenvolvimento experimental, em 49 projectos. Verifica-se, ainda, a existência de 37 projectos, predominantemente projectos de redes temáticas, que prevêem outras actividades científicas e técnicas.

As áreas disciplinares predominantes nos projectos estão assinaladas no Quadro III. Notando que, no inquérito, era possível assinalar até três áreas disciplinares relevantes, verifica-se o seguinte:

- globalmente, as três áreas disciplinares mais assinaladas são: as Ciências Biológicas (57), a Engenharia Electrotécnica e Informática (48), e as Ciências Agrárias e Veterinárias (34). Nas ciências sociais, o destaque vai para a Sociologia (33), as Ciências da Educação (24) e a Psicologia (15);

- as disciplinas mais referenciadas são, em primeiro lugar, a Engenharia Electrónica e Informática (45), e, depois, as Ciências Biológicas e as Ciências Agrárias e Veterinárias, ambas com 30. Nas ciências sociais, as mais referenciadas são, em primeiro lugar, a Sociologia (18), depois as Ciências da Educação (14) e a Psicologia (9).

QUADRO III
Áreas disciplinares predominantes nos projectos

Cod.	Áreas	1º	2º	3º	Totais
4	Ciências Biológicas	30	23	4	57
13	Engenharia Electrotécnica e Informática	45	2	1	48
6	Ciências Agrárias e Veterinárias	30	7	6	43
7	Ciências da Saúde	23	8	3	34
18	Sociologia	18	11	4	33
22	Ciências da Educação	14	7	3	24
5	Ciência da Terra e do Espaço	17	4	1	22
12	Engenharia Química	11	7	1	19
2	Física	13	3	0	16
23	Psicologia	9	4	2	15
11	Engenharia Bioquímica e Biotecnologia	11	2	0	13
15	Gestão	4	8	1	13
3	Química	9	3	0	12
14	Economia	3	3	5	11
27	História e Arqueologia	9	0	1	10
9	Ciências e Engenharia dos Materiais	1	8	1	10
1	Matemática	7	2	0	9
24	Linguística	8	0	0	8
10	Engenharia Civil e Minas	7	0	0	7
8	Engenharia Mecânica	3	3	0	6
25	Ciências da Comunicação	0	5	1	6
20	Antropologia	4	1	0	5
21	Geografia	4	1	0	5
17	Ciências Políticas	1	0	2	3
16	Ciências Jurídicas	1	0	0	1
19	Demografia	0	0	0	0
26	Filosofia	0	0	0	0
28	Arquitectura e Urbanismo	0	0	0	0
29	Estudos Literários	0	0	0	0
30	Estudos Artísticos	0	0	0	0

A proporção da referenciação global das áreas disciplinares na referenciação correspondente à primeira posição (que determina a natureza do projecto) revela um coeficiente de multidisciplinaridade de 1,52 [(430 (soma da coluna dos totais) ÷ 282 (soma da primeira, igual ao número de projectos em análise)], o que se afigura interessante.

A região que, potencialmente, mais beneficia com as actividades desenvolvidas no âmbito dos projectos é a União Europeia, o que, de certo modo, está de acordo com a procedência dos parceiros envolvidos nos projectos que, como vimos acima, também é largamente favorável à União Europeia. Esta afirmação está contida em 263 projectos. As regiões que, potencialmente, menos beneficiam com as actividades desenvolvidas pelos projectos são os países ACP e a Ásia, que são apenas referenciados 35 vezes. Entre estes extremos, 91 projectos referem os Outros Países Industrializados; 79 a região mediterrânica; 71 a América Latina; 36 a Comunidade dos Estados Independentes.

As actividades dos projectos podem, potencialmente, dirigir-se às várias regiões ao mesmo tempo. Há, até, projectos que sustentam que as suas actividades têm um potencial benefício universal.

Se chamarmos coeficiente do benefício potencial ao resultado da divisão do total de referências concedidas às várias regiões (670) pelo número de projectos analisados (282), encontramos um valor próximo de 2,4, o que significa que estes projectos beneficiam, em média e, potencialmente, 2,4 regiões.

Não foi possível obter informação que nos permita calcular o valor total dos 282 projectos analisados e o valor da participação das unidades nesses projectos. Contudo, no que respeita ao valor total dos projectos com cooperação internacional, uma estimativa baseada em informação não inteiramente fidedigna contida em 223 projectos, apontava para valores na ordem dos 182.560 milhares de euros. E quanto à participação das unidades nos projectos, o respectivo valor, calculado em 216 projectos, era de 24.710 milhares de euros. Estes valores são “compatíveis” com os correspondentes valores calculados para o universo das 50 unidades que disponibilizaram informação fidedigna sobre 168 projectos (cf. Quadro I) e que eram (cf. Quadro II), respectivamente, de 153.321 e de 20.052 milhares de euros.

As fontes de financiamento dos projectos são, como seria de esperar, predominantemente comunitárias. Com efeito, 181 projectos são financiados por verbas de programas comunitários, com especial relevo para o Programa-Quadro da DG-Investigação. Os programas nacionais participam no financiamento de 65 projectos. Outros programas internacionais financiam 48 projectos.

O contributo dos recursos próprios das unidades para o financiamento dos projectos é assinalado em 80 projectos. Este número parece-nos insuficiente face ao número de projectos financiados pela Comissão Europeia que, normalmente, exige co-financiamentos que, não tendo que ser recursos próprios das unidades, são muito fre-

quentemente co-financiados por esses recursos. Aliás, um pequeno ensaio destinado a determinar que tipo de combinações de fontes poderiam ocorrer, revelou que as fontes de financiamento comunitárias coexistem 7 vezes com programas nacionais, 0 vezes com outros programas internacionais e 55 vezes com recursos próprios.

Com base no exposto, é legítimo concluir que a participação dos recursos das unidades no co-financiamento dos projectos, sobretudo dos projectos financiados pela Comissão Europeia, não terá sido devidamente ponderada na resposta ao inquérito.

As características dos projectos inventariados nos pontos anteriores autorizar-nos-iam a concluir que o projecto de cooperação internacional "típico" das unidades de investigação do programa Plurianual tem o seguinte perfil:

- é um projecto cujas parcerias são maioritariamente europeias;
- que não é coordenado por uma unidade nacional;
- que assume a forma de projecto a custos repartidos;
- que desenvolve investigação aplicada, por vezes associada a investigação fundamental, sobretudo no domínio das ciências biológicas;
- cujos benefícios potenciais aproveitam, sobretudo, à Europa;
- em que a participação portuguesa em valor não vai muito além dos 10%;
- que é predominantemente financiado pela Comissão Europeia.

POTENCIAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A parte do inquérito destinada a avaliar o potencial de cooperação internacional das unidades de investigação abrangidas pelo programa "Plurianual" foi respondida pelas 101 unidades. Incluía questões sobre a disponibilidade (indiferenciada) de recursos susceptíveis de afectação à cooperação internacional em C&T; sobre a natureza dos recursos disponíveis; sobre as áreas disciplinares em que esses recursos estão disponíveis; sobre a eventualidade da expansão dos recursos através de investimento adicional; sobre a estimativa desse investimento; sobre os impactos desse investimento; e sobre as dificuldades enfrentadas nas actividades de cooperação internacional.

A maioria das unidades (97) declarou dispor de recursos passíveis de utilização em projectos de cooperação internacional. Apenas 4 unidades disseram que não tinham recursos nessas condições.

Naturalmente, os recursos mais frequentemente assinalados como disponíveis para a cooperação internacional foram os Investigadores, referidos 95 vezes. Seguiram-se-lhes os Equipamentos (75 vezes), as Instalações (72 vezes) e, em menor medida, a

Propriedade Intelectual (39) e o Pessoal Técnico (36). Algumas unidades asseguraram ainda dispor de capacidades disponíveis para a cooperação internacional em áreas específicas, tais como Bibliotecas e Arquivos, Capacidade de Gestão de Projectos, Meios de Formação, Redes Virtuais, etc.

Há recursos disponíveis, passíveis de utilização em projectos de cooperação internacional em praticamente todas as áreas disciplinares. As Ciências Biológicas, as Ciências da Saúde, a Engenharia Electrotécnica e Informática e a Matemática são, de longe, as áreas disciplinares onde existem mais recursos disponíveis e com aptidão para a cooperação internacional. Nas ciências sociais, merecem destaque a Sociologia, as Ciências da Educação, a História, a Arqueologia e, em menor medida, a Economia e a Linguística.

Uma estimativa, efectuada com base em informação contida em vinte e cinco respostas, permite-nos sustentar que a expansão das actividades das 101 unidades necessitariam de financiamentos da ordem dos 10 milhões de euros para o recrutamento de novos investigadores; 5 milhões de euros para o recrutamento de pessoal técnico; de 1 milhão de euros para a gestão da propriedade intelectual; de 30 milhões de euros para a aquisição de equipamentos; e de 20 milhões de euros para instalações.

O impacto potencial destes investimentos sobre a actividade geral das unidades foi considerado forte por 80% delas e moderado por 20%. Já no que respeita à influência desses investimentos sobre as actividades de cooperação internacional das unidades, 65% entende que ele seria forte e 35% que seria moderado.

Numa tentativa para saber qual o grau de dificuldade experimentado pelas unidades nas suas actividades de cooperação internacional, pedimos que se pronunciassem sobre a natureza (Forte, Moderada, Fraca) das seguintes questões, tidas como dificuldades, que a experiência nos diz estarem presentes nas candidaturas a projectos internacionais:

1. Natureza do mercado de cooperação internacional em C&T.
2. Dificuldades em organizar e/ou participar em parcerias.
3. Complexidade burocrática das candidaturas.
4. Falta de informação sobre oportunidades de cooperação internacional em C&T.
5. Diferenças de pontos de vista em matéria de cooperação internacional entre a unidade e:
 - 5.1. A instituição em que se integra;
 - 5.2. Os seus associados;
 - 5.3. Outros agentes.
6. Baixa prioridade concedida à cooperação internacional:

- 6.1. Pelos órgãos de gestão da unidade;
- 6.2. Pelos investigadores.
7. Falta de autonomia da unidade para decidir em matéria de cooperação internacional.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Questões	Forte	Moderada	Fraca
1	34	55	11
2	23	55	22
3	60	34	7
4	13	43	43
51	7	24	69
52	4	27	69
53	6	32	62
61	6	27	67
62	7	47	47
7	14	28	59

A natureza do mercado da cooperação internacional em C&T é uma dificuldade sentida fortemente por 34% das unidades, moderadamente por 55% das unidades, e não tem significado para 11% das unidades. Significa isto que são ainda poucas as unidades para quem o acesso e a permanência no mercado não é um problema.

As dificuldades em organizar e/ou participar em parcerias internacionais são relativamente moderadas, mas não constituem uma dificuldade tão grande como a anterior.

A complexidade burocrática das candidaturas é um autêntico flagelo que afecta fortemente 60% das unidades e moderadamente 34%. É uma questão que só pode ser resolvida com um forte investimento das unidades no sector da gestão dos projectos.

A falta de informação sobre oportunidades de participação em projectos de cooperação internacional em C&T é, ainda, uma dificuldade moderada para um grande número de unidades. É uma situação que denota uma certa passividade das unidades em relação às oportunidades existentes.

As diferenças de pontos de vista sobre cooperação internacional entre as unidades e as instituições em que se integram os seus associados e outros agentes, não são um factor impeditivo da participação das unidades na cooperação internacional. Com efeito, cerca de dois terços das unidades acham que eventuais divergências deste tipo têm uma influência fraca nas actividades de cooperação. Apesar disso, em cerca de um

terço o problema existe e, por vezes, é fonte de conflitos que prejudicam as candidaturas e as actividades dos projectos, sendo ponto assente que se trata de um problema com o qual se tem que conviver.

A questão da prioridade concedida à cooperação internacional pelos órgãos de gestão das unidades e pelos investigadores não é um problema maior. Mas, a avaliar pelos resultados, os órgãos de gestão das unidades parecem conceder maior importância à cooperação internacional do que os investigadores. É um assunto que justificaria uma análise mais profunda.

A falta de autonomia das unidades para decidir no domínio da cooperação internacional também não se pode considerar um obstáculo ao seu normal desenvolvimento, mas verifica-se com alguma frequência.

Foram, ainda, referidas numerosas dificuldades avulsas, a maioria das quais está relacionada com as actividades docentes e administrativas a que os investigadores estão obrigados. No seu conjunto, constituem significativos entraves ao desenvolvimento e consolidação das actividades de investigação, incluindo as que estão associadas à cooperação internacional.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Do exposto, podemos concluir que um bom número de unidades de investigação beneficiárias do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D está a participar activamente num apreciável número de projectos de cooperação internacional em C&T, que são da maior importância para a construção e a afirmação do seu prestígio e para a expansão e melhoria das suas actividades no mercado europeu e global. Há, mesmo, um núcleo de 50 unidades de excelência que exibem padrões de desempenho no domínio da cooperação internacional a todos os títulos exemplar.

O peso relativo da cooperação internacional na actividade global das unidades estudadas é satisfatório, quando medido pelo número de participações em projectos internacionais, mas, em valor, é bastante mais reduzido.

Os projectos em que as unidades participam são de carácter marcadamente europeu, tanto do ponto de vista dos parceiros como do da origem dos financiamentos.

As unidades com melhores desempenhos pertencem às áreas disciplinares das Ciências Biológicas, da Engenharia Electrotécnica e Informática, e das Ciências Agrárias e Veterinárias. Nas ciências sociais, destacam-se a Sociologia e as Ciências da Educação.

A investigação desenvolvida é, predominantemente, aplicada de modo combinado com a investigação fundamental e/ou com o desenvolvimento experimental.

O potencial de cooperação internacional que as unidades asseguram dispor é bastante elevado, sobretudo em termos de investigadores, mas também em equipamentos e instalações.

Há indicações que muitas unidades estariam dispostas a utilizar os recursos disponibilizados pelo 3º Quadro Comunitário de Apoio para se dotarem de mais meios humanos, instrumentais e físicos. Os impactos destes eventuais investimentos são, contudo, reputados mais fortes na actividade global das unidades do que na cooperação internacional.

A concretização deste significativo potencial está, porém, fortemente condicionada por um vasto conjunto de dificuldades, intimamente associado à natureza da cooperação internacional em C&T. A maior destas dificuldades reside, de longe, na complexidade burocrática dos programas de financiamento internacionais, sobretudo dos comunitários, cujo acesso exige uma organização administrativa destinada à preparação das candidaturas, à gestão dos projectos e à participação nas auditorias, que grande número de unidades não dispõe.

As dificuldades de acesso ao mercado internacional da C&T e a dificuldade de organizar e participar em parcerias de excelência, não constituindo dificuldades tão fortes como a anterior, assumem expressão considerável.

A baixa prioridade concedida pelos investigadores à cooperação internacional também tem significado. Tem muito que ver com o excesso de cargas horárias dedicadas ao ensino e com o excesso de trabalho administrativo.

No mundo (global?) em que vivemos, as unidades de investigação científica e tecnológica portuguesas têm uma necessidade absoluta de participar, crescentemente, em projectos de cooperação internacional em C&T.

Para terem êxito, necessitam convicção nas vantagens da cooperação internacional. Um indicador do seu grau de convencimento reside no nível de recursos atribuídos à organização dos respectivos núcleos de cooperação internacional.

Ao Estado, compete apoiar o esforço das unidades na concretização dessa consciencialização; na melhoria da sua organização; na formação de investigadores; na aquisição de equipamentos; na criação de infra-estruturas; na disponibilização da

informação relevante; no intercâmbio científico; na moderação da influência negativa de certas actividades (ensino, administração, gestão) sobre a investigação; etc.

Para melhor conceber e por em prática uma política consistente de apoio ao desenvolvimento da cooperação internacional em C&T, o Estado precisa dispor de informação fidedigna sobre a situação e o potencial das unidades neste domínio. O ideal seria que o Estado promovesse a realização de um inquérito periódico, especificamente dedicado às questões da cooperação internacional. Não sendo possível, recomendar-se-ia que o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional passasse a incluir um capítulo circunstanciado sobre cooperação internacional em C&T.

NOTAS

1 Estes números foram calculados a partir do IPCTN de 1999, do OCT/MCT.

2 J. M. Rolo e A. Martins (2002). *Situação e perspectivas da cooperação internacional em C&T, das unidades de investigação abrangidas pelo Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D (Estudo-Diagnóstico)*. ICS/UL e OCT/MCT. Abril, pp 67. Lisboa.

3 Os dados sobre a participação dos países mediterrânicos e dos países ACP nos projectos incluem projectos aprovados no âmbito do programa INCO-2 do 5º Programa Quadro.

Neste programa, a participação portuguesa em projectos com os países mediterrânicos, correspondente aos anos de 1999, 2000 e 2001, saldava-se na apresentação de 24 propostas (4 coordenadas por instituições portuguesas), das quais 8 (2 coordenadas por instituições portuguesas) foram seleccionadas, beneficiando de apoios no valor 609 mil euros. No caso dos países ACP, instituições portuguesas apresentavam 128 propostas (19 com coordenação portuguesa), 25 das quais (2 com coordenação portuguesa) ganharam financiamento no valor de 1.699 mil euros.

Estes dados foram coligidos pelo Núcleo de Estimulo à Participação Portuguesa nos Programas Horizontais do 5º Programa Quadro, organização instituída por um protocolo entre o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Nacional do (ex) Ministério da Ciência e da Tecnologia e o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.